

Atraso nos pagamentos começou discretamente em maio

O governo brasileiro começou a atrasar pagamentos da dívida externa já no mês de maio, para tentar conter a queda das reservas em moeda forte do país. Cerca de US\$ 500 milhões destinados ao pagamento de parcelas da dívida de órgãos da administração direta e empresas estatais não foram liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a partir do final de maio e ao longo de junho, antes mesmo da centralização do câmbio anunciada na sexta-feira pelo ministro Maílson da Nóbrega.

Fontes do Ministério da Fazenda explicaram que a STN vem simplesmente liberando menos recursos do que órgãos e empresas pedem para atender compromissos externos, e deixa a cargo de cada órgão a "administração de caixa" que a retenção exige.

A operação foi feita com toda a discrição, para evitar uma situação de confronto com os credores. Ao contrário do que fez na moratória de 1987, o governo quis deixar agora bem claro que só parou de pagar por falta de recursos, disse uma das fontes.

A "administração de caixa" pelos devedores tem que levar em conta as peculiaridades diversas dos credores, acrescenta a fonte. Bancos oficiais, como o Banco Mundial e o BID, suspendem seus desembolsos para o país se o atraso passar dos 60

dias, o que não interessa ao governo brasileiro. O Brasil chegou perto do limite no começo do ano, quando atrasou várias parcelas devidas a esses organismos, porque o presidente Sarney vetara todo o Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, onde são discriminados esses gastos.

Para não estourar os 60 dias, a Fazenda e o Planejamento chegaram a remanejar recursos para o pagamento de dívida de outras partes do orçamento, que só deveriam ser gastos mais à frente. Mas se o credor é um banco privado, a flexibilidade é maior, o que levou o governo a recomendar que não sejam atrasados pagamentos aos organismos oficiais. Entretanto, a decisão final é da empresa ou órgão devedor.

A STN poderá continuar retenção de parcelas da dívida a vencer no mês de julho, se a situação de caixa do governo exigir, admitiu uma fonte. Mas ela espera que este mês seja mais folgado, porque não há uma concentração de vencimentos tão grande como em junho.

Além disso, o governo tem agora a possibilidade de emitir títulos da dívida pública para pagamentos de compromissos externos, o que não era possível desde o Plano Verão. A mudança foi aprovada pelo Congresso apenas há duas semanas, quando o governo incluiu essa medida num pedido de créditos suplementares.